

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

218 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 21 a 25 de outubro de 2024

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Prémio Sakharov - vencedores	1
Resolução sobre a China e Taiwan	1
Orçamento da UE para 2025	2
Migrações - regras para repatriar pessoas sem direito legal de permanência	3
Prémio Daphne Caruana Galizia	3
Relatório Letta	4
2. COMISSÃO EUROPEIA - AUDIÇÕES NO PARLAMENTO EUROPEU	5
3. CIMEIRA BRICS - RÚSSIA 2024	5
4. COMISSÃO EUROPEIA - ALARGAMENTO	6
5. RELATÓRIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU	7
Duplo financiamento pelo orçamento da UE	7
Auxílios estatais em tempos de crise	7
6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Conselho de Agricultura e Pescas	8
7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
Comissão Europeia	8
Conselho da União Europeia	8
Cooperação interparlamentar	8

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Esta semana, teve lugar a [sessão plenária do PE](#), em Estrasburgo, sendo de destacar o seguinte.

Prémio Sakharov - vencedores

Foram anunciados, esta semana, os vencedores do [Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento 2024](#): **María Corina Machado** e **Edmundo González Urrutia** (detalhe [aqui](#)).

María Corina Machado foi eleita candidata presidencial da oposição venezuelana em nome da Plataforma Unitária em 2023, mas foi impedida de concorrer pelo Conselho Nacional Eleitoral. Edmundo González Urrutia, diplomata e político que lhe sucedeu como candidato da Plataforma Unitária, denunciou o facto de o Governo venezuelano não ter publicado os resultados oficiais das eleições presidenciais e contestou a vitória declarada de Nicolás Maduro. González Urrutia deixou a Venezuela em setembro, após a emissão de um mandado para prendê-lo.

Nesta ocasião, a Presidente do PE, Roberta Metsola, declarou: «O *Prémio Sakharov 2024 para a Liberdade de Pensamento* é atribuído a *María Corina Machado* e ao presidente eleito *Edmundo González Urrutia* pela sua luta corajosa para restaurar a liberdade e a democracia na Venezuela. Na busca por uma transição de poder justa, livre e pacífica, defenderam destemidamente os valores que milhões de venezuelanos e o Parlamento Europeu tanto apreciam: justiça, democracia e Estado de direito.»

Recorde-se que o PE aprovou uma [resolução a 19 de setembro de 2024](#), em que destaca que as eleições presidenciais venezuelanas não respeitaram as normas internacionais de integridade eleitoral, reconhecendo Edmundo González Urrutia como o presidente legítimo e democraticamente eleito da Venezuela e María Corina Machado como a líder das forças democráticas.

A cerimónia de entrega do Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento vai decorrer no dia 18 de dezembro, em Estrasburgo, durante a sessão plenária do Parlamento.

Resolução sobre a China e Taiwan

O PE adotou uma resolução (detalhe [aqui](#)) em que **condena o que considera ser as contínuas provocações militares da China contra Taiwan** e rejeita firmemente qualquer alteração unilateral do *statu quo* no Estreito de Taiwan. Adotada por 432 votos a favor, 60 contra e 71 abstenções, esta resolução condena, ainda, os exercícios militares injustificados da China de 14 de outubro e as contínuas provocações militares contra Taiwan, sublinhando que o reforço militar altera o equilíbrio de poder no Indo-Pacífico.

Por outro lado, o PE **rejeita veementemente as tentativas da China de distorcer a história e as regras internacionais e sublinha que a Resolução 2758 da ONU não adota uma posição sobre Taiwan**. O Parlamento opõe-se aos esforços constantes da China para bloquear a participação de Taiwan em organizações multilaterais como a Organização Mundial de Saúde, a Organização da Aviação Civil Internacional, a Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. Os eurodeputados instam ainda a ONU a conceder aos cidadãos e jornalistas taiwaneses o direito de aceder às suas instalações.

O PE critica veementemente as declarações do Presidente chinês de que a República Popular da China nunca renunciará ao direito de usar a força em relação a Taiwan, insistindo que o recurso a medidas coercivas para alcançar a unificação contradiz o direito internacional. Salientam que só o governo democraticamente eleito de

¹ Fonte: serviço de imprensa do PE.

Taiwan pode representar o povo taiwanês a nível internacional e manifestam a sua preocupação com a utilização pela China de desinformação hostil para minar a confiança na democracia e na governação de Taiwan.

Finalmente, o PE afirma que o comportamento cada vez mais agressivo da China, em particular na sua própria vizinhança, como o Estreito de Taiwan e o Mar da China Meridional, representa um risco para a segurança regional e global, afirmam os eurodeputados. O Parlamento Europeu manifesta também a sua preocupação com o compromisso renovado da China e da Rússia de reforçar os seus laços militares, condenando o fornecimento de equipamento chinês a Moscovo.

Orçamento da UE para 2025

Esta semana, e no contexto da negociação para a aprovação do orçamento da UE para 2025, o PE adotou a sua posição negocial e fixou o nível global das dotações de autorização em quase 201 mil milhões de euros, mais [1,24 mil milhões de euros](#) do que a proposta [da Comissão Europeia](#) de junho passado. Assim, a posição do PE repõe 1,52 mil milhões de euros em cortes de financiamento propostos pelo Conselho e fixa as dotações de pagamento em 153,5 mil milhões de euros.

Para o PE, os **custos de reembolso do Instrumento Europeu de Recuperação (EURI)**, que são o dobro do montante inicialmente previsto para 2025, não devem resultar numa redução do financiamento de programas essenciais, como o Erasmus+ ou a I&D. Assim, o PE quer reverter os cortes feitos pelos Estados-Membros nas dotações dedicadas a estas áreas e utilizar o novo “mecanismo em cascata EURI” introduzido pela [revisão do orçamento de longo prazo da UE](#), concebido para gerir a escalada dos custos de empréstimos do Next Generation EU sem afetar as iniciativas-chave, mantendo a flexibilidade e a capacidade de resposta do orçamento.

Seguem-se agora três semanas de conversações de “conciliação” com o Conselho, com o objetivo de chegar a um acordo para o orçamento do próximo ano, que depois tem de ser votado pelo Parlamento e assinado pelo seu Presidente.

No entanto, os Deputados não conseguiram chegar a acordo sobre uma resolução com as prioridades políticas para o orçamento de 2025. A aprovação de algumas alterações apresentadas pelos grupos Europa das Nações Soberanas (ESN) e Patriotas pela Europa (PfE), com o apoio do PPE, levou quatro dos cinco grupos pró-europeus (Renew Europe, S&D, Verdes/ALE e A Esquerda) a rejeitarem a proposta de resolução no seu conjunto (233 a favor, 360 contra, 59 abstenções).

Alexander Jungbluth, da Alemanha, e Stanisław Tyszkowski, da Polónia, conseguiram, em nome do grupo ESN e com o apoio do Patriotas para a Europa e do PPE, fazer passar o *“pedido de financiamento adequado das barreiras físicas externas nas fronteiras da União”* (329 a favor, 297 contra, 15 abstenções), bem como o convite *“a considerar a criação de plataformas de regresso fora da União e, se necessário, a conceder um financiamento adequado ao projeto”*. Julien Sanchez e Angélique Furet, em nome do grupo Patriotas pela Europa, também garantiram a adoção de uma alteração para reforçar a agência europeia Frontex *“aumentando as dotações para o recrutamento de agentes permanentes equipados com armas de serviço para ajudar os Estados-Membros no controlo das fronteiras externas”*. Andrzej Halicki (PPE, Polónia) congratulou-se com o facto de, pela primeira vez, *“as alterações orçamentais incluírem uma disposição relativa ao financiamento de infra-estruturas físicas nas fronteiras externas a partir do orçamento da UE”*. Mas este *“momento histórico”*, na sua opinião, não o é de facto, uma vez que a rejeição da proposta de resolução torna estas prioridades políticas obsoletas. A resolução é um texto político não vinculativo, pelo que a sua rejeição e a consequente ausência de uma posição do PE sobre o orçamento para 2025 não impedem futuras negociações com o Conselho e a Comissão Europeia.

Migrações - regras para repatriar pessoas sem direito legal de permanência

O Parlamento e a Comissão debateram eventuais alterações à legislação da UE em matéria de regresso de nacionais de países terceiros sem direito de permanência na Europa. Como demos nota na Síntese anterior (cfr. ponto 1, [aqui](#)), as migrações foram um tema central do Conselho Europeu da semana passada.

O PE debateu os resultados dessa Cimeira e o conceito de “soluções inovadoras” através de “centros de regresso”. Durante este debate, conduzido pela Comissão pela Comissária para a Igualdade, Helena Dalli, ficaram patentes as divisões entre os grupos políticos, nomeadamente em torno da necessidade de rever a atual Diretiva do Retorno, que data de 2008, mas que continua bloqueada no PE.

Tomas Tobé (PPE, Suécia) considera que é necessário *“recuperar o controlo da migração”* e que o primeiro grande passo foi dado com o Pacto. Notou que *“Somos nós, e não os passadores, que decidimos quem entra na UE e sempre foi claro para nós que é necessário fazer mais para aumentar os retornos”*. A este respeito, afirmou que a nova proposta terá de ser apresentada *“no prazo de 100 dias”* após o início do mandato da nova Comissão.

A líder do grupo S&D, Iratxe Gárcia Pérez, não vai permitir que *“a carta de Ursula von der Leyen enterre o ‘Pacto sobre Asilo e Migração’”*, acrescentando que *“A única carta que deve ser respeitada é a Carta dos Direitos Fundamentais, que garante o direito de asilo”*. Referindo-se à decisão do tribunal italiano de 18 de outubro sobre o sistema ítalo-albanês, apelou à Presidente eleita da Comissão para que *“abandone a sua ideia de ‘centros de regresso’”*, lembrando que o número de chegadas ilegais diminuiu 42% em relação ao ano passado.

“A crueldade das medidas que escondem sob o eufemismo de ‘inovadoras’ para lidar com as entradas ilegais é simplesmente inaceitável. A única solução possível é uma política de migração humanista, ordenada e segura”, afirmou.

Para Nicola Procaccini (ECR, Itália), *“até agora, na Europa, temos seguido a linha ‘sem fronteiras’ com os fracassos dos repatriamentos inacabados, as mortes no mar e a insegurança nas nossas cidades. É tempo de mudar de rumo, de acolher aqueles que têm uma oportunidade de integração e de tratar o fenómeno antes da sua chegada”*. Pedir *“ajuda a países terceiros é apenas senso comum”*.

Valérie Hayer, presidente francesa do grupo Renew Europe, ironizou sobre o tempo de vida de “48 horas” do [sistema entre Roma e Tirana](#) e questionou como é que *“alguém se pode inspirar num fracasso destes”*. Assinalou que é muito mais eficaz controlar *“os migrantes assim que chegam ao nosso território, introduzir os dados numa base de dados comum, acelerar os pedidos... o que é eficaz é o ‘Pacto’”*. Embora o grupo liberal apoie a revisão da diretiva relativa ao regresso, apela à *“resistência à demagogia e às falsas soluções”*.

A Deputada belga Saskia Bricmont (Verdes/ALE) notou que *“Os acordos de deportação e a criação de campos em países terceiros são uma abordagem desumana, dispendiosa e ineficaz que não oferece qualquer solução”*.

Prémio Daphne Caruana Galizia

O projeto *Lost in Europe* ganhou o Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia de 2024 pela investigação sobre o desaparecimento de mais de 50.000 crianças migrantes não acompanhadas (detalhe [aqui](#)). Esta [investigação](#), conduzida por meios de comunicação social da Alemanha, Itália, Grécia, Países Baixos, Bélgica, Irlanda e Reino Unido, revelou que pelo menos 51 433 crianças migrantes não acompanhadas desapareceram após a sua chegada a países europeus entre 2021 e 2023. O projeto jornalístico transfronteiriço *Lost in Europe* revelou uma realidade impressionante: desde 2021, em média, 47 crianças desapareceram por dia, após a sua chegada à Europa.

Os dados de 31 países europeus, recolhidos pela *Lost in Europe*, revelam o desaparecimento de dezenas de milhares de crianças migrantes. A investigação conduzida ao longo de meses mostra que o número de crianças

migrantes desaparecidas pode ser ainda mais elevado, uma vez que a documentação incoerente e a falta de recolha de dados em alguns países contribuem para lacunas significativas na comunicação de informações.

Esta investigação mais recente baseia-se na do artigo *Lost in Europe*, de 2021, que revelou que mais de 18 000 crianças migrantes desapareceram na Europa entre 2018 e 2020.

Como observou Aagje Ieven, secretária-geral da Missing Children Europe, as conclusões são provavelmente apenas a «ponta do icebergue», uma vez que mais crianças migrantes continuam a desaparecer a um ritmo alarmante na Europa, temendo-se que muitas sejam vítimas de tráfico de seres humanos e de escravidão moderna.

Os parceiros editoriais desta investigação foram De Standaard (Bélgica), Small Stream Media (Países Baixos), RBB (Alemanha), Knack (Bélgica), ANSA (Itália), Domani (Itália), CNN (Reino Unido/EUA), VRT (Bélgica), Efimerida ton Syntakton (Grécia), The Journal (Irlanda), Tagesschau (Alemanha) e NRC (Países Baixos).

A presidente do PE, Roberta Metsola, declarou: «*O legado de Daphne Caruana Galizia continua através do trabalho de jornalistas que vivem para contar a verdade e se recusam a ser silenciados. A sua luta pela justiça prevalece sobre as ameaças que tentam comprometer o seu importante trabalho. A liberdade de imprensa não é negociável. Sete anos após o homicídio de Daphne, continuamos a honrar a sua memória com um prémio que nos recorda o compromisso de longa data do Parlamento para com estes valores fundamentais*».

Os anteriores vencedores são:

- 2021 – «[O Projeto Pegasus](#)», coordenado por [Forbidden Stories](#)
- 2022 – Documentário sobre «[A República Centro-Africana sob a influência da Rússia](#)», de Clément Di Roma e Carol Valade (ARTE/France24/Le Monde)
- 2023 – Investigação conjunta sobre o [naufrágio de migrantes em Pylos](#) (Solomon, em colaboração com Forensis, StrgF/ARD e The Guardian)

Relatório Letta

Esta semana, o antigo Primeiro-Ministro de Itália, Enrico Letta, [apresentou](#) na sessão plenária do PE o seu [relatório](#) sobre o reforço do mercado interno da UE, sublinhando os principais domínios em que o mercado único continua fragmentado: telecomunicações, energia e finanças. Esta fragmentação deve ser abordada como condição prévia para o reforço da competitividade e da segurança da UE, a fim de evitar que a UE se torne uma “*colónia dos Estados Unidos ou da China nos próximos dez anos*”, segundo Letta. A UE precisa de investir na interconexão do seu mercado energético e na diversificação dos seus recursos energéticos para minimizar os custos, sublinhou. Letta destacou ainda a necessidade urgente de aprofundar a integração dos mercados financeiros, a fim de criar um novo paradigma para o desenvolvimento económico e a inovação. Este objetivo é crucial para acompanhar os actores mundiais e financiar a transição justa, ecológica e digital. A combinação de recursos privados e públicos é fundamental para financiar esta transição, pelo que defende a criação de uma “**União da Poupança e do Investimento**”. A atual situação geopolítica exige também o reforço das nossas capacidades de defesa comuns - a UE deve agir rapidamente para preservar um nível crucial de autonomia na nossa política externa, de segurança e de defesa.

No centro da sua visão está a adição de uma quinta liberdade de circulação no século XXI - nos domínios da investigação, dos dados, das competências, do conhecimento e da educação, sem necessidade de alterar os tratados da UE. Para que as empresas possam prosperar e beneficiar do mercado único, Letta apela à simplificação das suas regras e à redução da burocracia, sem comprometer as normas sociais.

Seguiu-se um debate no qual os deputados sublinharam que Letta diagnosticou bem os problemas do mercado único. Muitos deputados concordaram que é importante reduzir a burocracia, evitar a saída de capitais, colocar a vida quotidiana dos cidadãos da UE no centro de todas as transformações, aplicar corretamente as medidas existentes e promover a circulação de ideias e conhecimentos na Europa. As questões ambientais e as políticas climáticas foram apontadas tanto pelos apoiantes como pelos opositores do Pacto Ecológico. Os Deputados sublinharam também a necessidade de atuar rapidamente sobre as recomendações de Letta e Draghi, notando que não existe um Comissário responsável pelo mercado interno na nova Comissão Europeia.

Esta semana, para complemento de informação, importa dar nota de que o think tank do PE disponibilizou uma análise dos dois relatórios (Letta e Draghi), disponível [aqui](#).

2. COMISSÃO EUROPEIA - AUDIÇÕES NO PARLAMENTO EUROPEU²

Tal como demos nota nas Sínteses anteriores, foi aprovado o [calendário pormenorizado](#) das audições dos Comissários indigitados no Parlamento Europeu, que se realizarão de [4 a 12 de novembro](#).

O primeiro a ser ouvido será Maroš Šefčovič, que será responsável pelas relações com o Parlamento Europeu. No último dia, 12 de novembro, serão ouvidos todos os vice-presidentes executivos e o Alto Representante para a Política Externa e de Segurança/Vice-Presidente.

Antes das audições públicas de três horas, cada candidato foi chamado a responder a questionários escritos da(s) comissão(ões) que conduzirá(ão) as audições, em que deve demonstrar a sua aptidão para um cargo na Comissão em geral e a sua competência para a pasta específica que lhe foi atribuída.

As perguntas colocadas e as respostas dadas por cada candidato estão agora disponíveis para consulta, na página dedicada às audições, [aqui](#) (clique no nome de cada candidato).

Recordamos que o *think tank* do PE disponibilizou [aqui](#) um **conjunto de notas informativas com uma breve biografia de cada candidato**, bem como uma panorâmica da pasta e das principais questões e desenvolvimentos recentes no domínio político em causa.

3. CIMEIRA BRICS - RÚSSIA 2024

Esta semana ficou, ainda, marcada pela **realização da 16.ª Cimeira dos BRICS**, um grupo informal que é uma parceria entre cinco das maiores economias emergentes do mundo: **Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**.

Esta cimeira dos BRICS teve lugar em Kazan, Rússia, de 22 a 24 de outubro de 2024, e foi um marco importante para o grupo, pois foi a primeira cimeira após a expansão dos BRICS, que agora inclui cinco novos membros: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos (EAU), Irão e Etiópia, elevando o número total de países membros para 10.

As discussões principais focaram-se em como integrar eficazmente estes novos membros na estrutura dos BRICS, além de debater a possibilidade de futuras expansões.

A introdução de "**países parceiros dos BRICS**" também foi abordada como uma forma potencial de ampliar a colaboração global.

² Fonte: serviço de imprensa do PE.

Sobre esta matéria, destacamos que o grupo de países convidados a aderir aos BRICS como “parceiros” inclui a *Turquia, a Indonésia, a Argélia, a Bielorrússia, Cuba, a Bolívia, a Malásia, o Uzbequistão, o Cazaquistão, a Tailândia, o Vietname, a Nigéria e o Uganda.*



Apresentamos duas análises académicas muito recentes e abrangentes sobre os BRICS e seu papel na ordem internacional: do *Council on Foreign Relations*, [aqui](#), e do *Carnegie Endowment*, [aqui](#)

A agenda da Cimeira centrou-se na promoção de reformas na governança global, particularmente nos sistemas económicos e políticos. Os líderes dos BRICS discutiram mecanismos para reforçar a cooperação em comércio e finanças, com um foco nas iniciativas de “*desdolarização*”, visando estabelecer alternativas ao dólar norte-americano no comércio internacional. Isto incluiu a possível *criação de um sistema de pagamentos dos BRICS e uma moeda partilhada*, embora persistam desafios significativos, como o papel consolidado do dólar a nível global e limitações na infraestrutura financeira entre os países membros

A cooperação energética e as mudanças climáticas foram outros temas de destaque. A cimeira sublinhou a importância de estabilizar as cadeias de abastecimento, fomentar parcerias energéticas e colaborar em inovação científica e tecnológica. Com o impacto crescente das alterações climáticas sobre os países membros, os BRICS também analisaram estratégias para enfrentar estes desafios ambientais, além de continuar a apoiar o desenvolvimento sustentável no Sul Global.

Por fim, a Rússia, como anfitriã da cimeira, enfatizou o fortalecimento dos laços políticos e de segurança no seio dos BRICS, especialmente em meio às tensões geopolíticas. As discussões incluíram a proteção da autonomia económica e política dos Estados membros, ao mesmo tempo que se continua a defender uma ordem mundial multipolar que desafie a hegemonia ocidental nos assuntos globais. Toda a informação sobre esta Cimeira está disponível em <https://brics-russia2024.ru/en/>

Importa, ainda, dar nota de que **o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, esteve presente nesta Cimeira**, estando a sua intervenção disponível [aqui](#).

4. COMISSÃO EUROPEIA - ALARGAMENTO

A Comissão aprovou esta semana os programas de reformas da Albânia, do Kosovo, do Montenegro, da Macedónia do Norte e da Sérvia, na sequência do parecer positivo dos Estados-Membros da UE (detalhe [aqui](#)). Nestes programas, os cinco governos dos Balcãs Ocidentais comprometem-se a realizar reformas

socioeconómicas e fundamentais, comprometendo-se a estimular o crescimento e a convergência com a UE no âmbito do Plano de Crescimento durante o período de 2024-2027. Tal é determinante para permitir os pagamentos ao abrigo do Mecanismo da UE para as Reformas e o Crescimento, no valor de 6 mil milhões de EUR, que serão efetuados à medida que as medidas de reforma acordadas forem concluídas.

A presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, declarou: «*Estou impressionada com o trabalho dos nossos parceiros dos Balcãs Ocidentais nos seus programas de reformas. Este mostra que estão empenhados no êxito do Plano de Crescimento. É o nosso roteiro para aproximar as economias dos Balcãs Ocidentais das nossas, e para dar às suas empresas o acesso e os meios para competir no nosso mercado único. Todos beneficiam e é um grande passo em frente para a União Europeia*».

Os programas de reformas centram-se nas reformas nos domínios prioritários do Estado de direito e de outros princípios fundamentais, da governação, da transição digital e ecológica, do desenvolvimento do capital humano e do ambiente empresarial. Além disso, cada beneficiário propôs uma lista de investimentos indicativos a financiar ao abrigo do Mecanismo, essenciais para desbloquear o crescimento socioeconómico, a aprovar no contexto do Quadro de Investimento para os Balcãs Ocidentais.

A Comissão refere ainda que aguarda com expectativa que a Bósnia-Herzegovina apresente formalmente o seu programa de reformas para realizar a respetiva avaliação.

Recorde-se que, em 8 de novembro de 2023, a Comissão adotou o Plano de Crescimento para os Balcãs Ocidentais, que visa acelerar a convergência socioeconómica da região com a UE e preparar o caminho para a adesão à UE.

5. RELATÓRIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU

Duplo financiamento pelo orçamento da UE

O relatório especial 22/2024, intitulado ***Duplo financiamento pelo orçamento da UE – Faltam elementos essenciais nos sistemas de controlo para atenuar o risco acrescido do modelo de financiamento não associado aos custos seguido no MRR***, foi elaborado sob a responsabilidade do Membro do Tribunal Annemie Turtelboom. Aqui, assinala-se que é cada vez maior o risco de o dinheiro da União Europeia (UE) ser pago duas vezes para a mesma ação. Esta é a conclusão preocupante do relatório. As verbas do instrumento da UE para a recuperação da pandemia podem estar a sobrepor-se ao financiamento normal a partir do orçamento da União. Trata-se de um valor sem precedentes que está disponível em larga escala e que, pela primeira vez, é pago sem estar ligado aos custos reais suportados. No entanto, os mecanismos de controlo em vigor não são suficientes para atenuar adequadamente o risco acrescido de duplo financiamento. O [relatório especial e o comunicado de imprensa](#) estão disponíveis para consulta em 24 línguas da UE.

Auxílios estatais em tempos de crise

O relatório especial 21/2024, designado ***Auxílios estatais em tempo de crise – Reação rápida, mas há deficiências no controlo da Comissão e incoerências no quadro de apoio aos objetivos da política industrial da UE***, foi elaborado sob a responsabilidade do Membro do Tribunal George Hyzler. Refere que, a partir da crise provocada pela COVID-19 e da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia relaxou rapidamente as regras em matéria de auxílios estatais para permitir que os países da UE ajudassem as empresas a sobreviver. Considera-se que esta atitude reduziu a sua capacidade para supervisionar os auxílios: as ajudas dos países aumentaram muito desde 2020, mas a Comissão não tem informações suficientes sobre elas nem sobre os seus efeitos na concorrência. Além disso, as regras que permitem aos Estados-Membros conceder auxílios às suas

empresas variam de uns para os outros. Estas diferenças podem prejudicar o mercado único da UE, pois os países não têm todas as mesmas possibilidades financeiras para dar auxílios. O [relatório especial e o comunicado de imprensa](#) estão disponíveis para consulta em 24 línguas da UE.

6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho de Agricultura e Pescas

O [Conselho](#), realizada a 21 e 22 de outubro, debateu as suas prioridades para o futuro da política agrícola comum (PAC) após 2027 com vista a assegurar um setor competitivo, resistente a crises, sustentável, centrado nos agricultores e baseado no conhecimento. Os ministros da Agricultura da UE salientaram a importância da PAC para alcançar esses objetivos. Destacaram igualmente os principais objetivos de garantir a segurança alimentar, assegurando em simultâneo um nível de vida equitativo para a população agrícola, soluções e incentivos concretos para os agricultores e preços razoáveis para os consumidores. A Presidência húngara publicou um [conjunto de conclusões da Presidência sobre este tema](#), que foram apoiadas por 26 Estados-Membros.

7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Na próxima semana, não haverá trabalhos do PE.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [30 de outubro](#), com destaque para o **pacote sobre o alargamento** de 2024 (adiado da semana passada).

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, não estando previstas reuniões na próxima semana.

Cooperação interparlamentar

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência húngara da UE, terá lugar em Budapeste, de 27 a 30 de outubro, a LXXII reunião da COSAC (Conferência das Comissões parlamentares especializadas em assuntos europeus). A delegação da AR será composta pelos Srs. Deputados **Telmo Faria (PSD), Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Liliana Reis e Ricardo Carvalho (PSD), Ana Mendes Godinho e Ana Sofia Antunes (PS), e Pedro Correia (CH)**. A agenda pode ser consultada [aqui](#) e os temas principais são: *1) o programa e resultados da presidência húngara do Conselho da UE, com a presença do Primeiro-Ministro Viktor Orbán; ii) O estado da UE no ano de transição institucional e os 15 anos de aplicação do Tratado de Lisboa; iii) tendências demográficas europeias e respostas a nível nacional e europeu; iv) segurança e defesa europeias.*

Nicosia | 25 de outubro de 2024

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).